

50 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL, A EVOCAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES

Pela D.^{ra} Maria José Ribeiro()*

Nos 50 anos da Revolução de Abril, a evocação da situação das Mulheres, nesse tempo cinzento, de obscurantismo, de miséria, de opressão e repressão, de desigualdades, mas também de luta pelo direito a ser gente, a ter voz pela mudança urgente.

Uma experiência pessoal, com várias frentes.

As origens

Nasci, menina, em 1936, o ano de todos os acontecimentos que marcaram o meu crescimento.

Filha de um jovem marinheiro, por opção, de 25 anos de idade e de uma jovem, doméstica, de 18 anos. Ambos cheios de sonhos, brutalmente interrompidos.

O regime, nascido em 1926, consolidava cada vez mais o seu cariz fascista, cerceador das Liberdades, violento e opressor.

(*) Nascida em Lisboa, em Janeiro de 1936. O pai participou na Revolta dos Marinheiros, em 8 de Setembro desse ano, tendo sido julgado e condenado a 16 anos de cadeia e desterrado para o Campo do Tarrafal. Com 22 anos integrou a Comissão de Jovens de apoio à candidatura do General Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958, como consequência dessa intervenção, foi presa pela PIDE, julgada em Tribunal Plenário, foi absolvida e saiu em liberdade em 1960. Viria a ser novamente presa em 1962, ano em que organizou com as Mulheres Democráticas do Porto, no dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, a Manifestação organizada “Pela paz, contra a guerra colonial”, e em 1964 nas chamadas detenções por precaução, nas vésperas de uma comemoração democrática do 31 de Janeiro.

A ORA — Organização Revolucionária da Armada —, a que meu Pai aderira, decidi protagonizar uma das várias lutas que no País se desenvolviam pela mudança do regime, pela dignidade dos marinheiros, melhores condições de trabalho nos navios em que laboravam, contra a discriminação de tratamento. Em 8 de Setembro de 1936, três navios (Bartolomeu Dias, Afonso de Albuquerque e Dão) iniciaram o protesto que, historicamente, ficou conhecido como a Revolta dos Marinheiros de 36.

Os barcos em que seguiam foram bombardeados, tendo-se registado alguns mortos e feridos.

A Revolta abortou, meu Pai, tal como os restantes companheiros revoltosos, foi preso, julgado em Tribunal Especial, e condenado a 16 anos de degredo, com internamento. Um mês depois, em Outubro, foi, com os demais, embarcado em direcção a Cabo Verde, onde foram inaugurar o Campo de Concentração do Tarrafal, sem que, antes, tivessem sido criadas as condições mínimas de sobrevivência. O objectivo era evidente — iam para morrer.

A menina, que gatinhava inocentemente frente às grades que privavam o Pai de a abraçar, tinha 9 meses. E sorria.

Minha família era economicamente débil e minha Mãe teve que procurar trabalho para prover ao seu e ao meu sustento. Fez-se operária corticeira, profissão que exerceu durante alguns anos e de que muito se orgulhava, pois ensinou-a a dar valor ao trabalho, indispensável à sua independência, e também a conhecer o peso da exploração a que era sujeita, tal como os restantes companheiros (maioritariamente Mulheres), com o chamado trabalho de empreitada — quanto mais rollhas fizesse, melhor seria a magra fêria. Valeu-lhe a juventude para aguentar tão violenta exigência.

Cresci com a minha Mãe e a minha Avó materna, doméstica, que entretanto enviuvara. Delas herdei os valores que até hoje acompanham a minha postura, enquanto Mulher: honestidade, dignidade, respeito por si própria e pelo outro, pela Verdade e gosto pelo saber.

Com muitas carências, a nível material, foi-me sempre assegurada a Liberdade de brincar com as outras crianças, com regras, e doses sem limite de muito afecto.

Sobre meu Pai, ouvi sempre a verdade, contada de acordo com a minha evolução pessoal. A história de amor que ligava os meus Pais, desde muito jovens, era-me contada vezes sem conta pela minha Mãe, que transferiu para mim todo o carinho e efecto que sentia por ele.

Apesar de estar longe, senti-o sempre presente, através das cartas que, repletas de carinho e ensinamentos, me enviava, sempre que os carcereiros o permitiam. Os prisioneiros, entre os quais o meu Pai, foram víti-

mas de maus tratos, trabalhos forçados, atentados contra a sua dignidade pessoal que repudiavam e, de quando em quando, para além de outros castigos, (como o encerramento na “frigideira” por largos períodos) a proibição de enviar ou receber correspondência familiar era implantada com duração de meses. Sofrimento duplo, para os presos e suas famílias, que sofriam a angústia de os imaginar mortos.

Aos 10 anos, após concluir a quarta classe e a preparação para a admissão ao Liceu, sem possibilidades económicas para prosseguir os estudos, embora com muita vontade de o fazer, fui aprender costura, para ter uma profissão digna e limpa, que me permitisse mais tarde ser independente, senhora de mim, assim vaticinava minha mãe.

Uma doença nos olhos acabou com este projecto. Com a ajuda de familiares, fui, já com treze anos de idade, frequentar a Escola Industrial de Fonseca Benevides.

Conheci pessoalmente o meu Pai, a três meses de completar 17 anos de idade. Não esqueço o nosso encontro, tão afectuoso, como se sempre nos tivéssemos conhecido.

“Olá Pai”, “Olá filha”, foi a saudação mútua quando nos olhámos e abraçámos. Mérito dele e das minhas guardiãs que me passaram sempre a sua imagem de Homem íntegro e afectuoso, de grande coragem. Não me desiludiu. A partir daí foi o conhecimento diário e a concretização do meu sonho de menina — ter uma família.

Demitido da Marinha, quando foi preso em 1936, agora, com 42 anos, teve que procurar trabalho o que, não sendo fácil, acabou por acontecer. A solidariedade, nesses tempos duros, acontecia. Foi no Porto, na conhecida EFACEC, que aconteceu e mudou as nossas vidas. Tinha completado 18 anos quando, com minha Mãe, a ele nos juntámos. Daí a uns meses, nasceu um menino. E pouco tempo depois mais dois irmãos — dois meninos e uma menina —, foi o presente de meus Pais que, ao contrário do que poderia esperar-se, dada a diferença de idades, foi o corolário da minha alegria plena.

O início da tomada de consciência informada

Aqui chegada, foi uma nova etapa da minha vida que se abriu. Cresci como Mulher e Cidadã, arranjei trabalho como Empregada de Escritório, na Robbialac Portuguesa, conheci novas pessoas e fiz novos Amigos. Quando me desloquei para o Porto, tinha terminado a minha formação na Escola Industrial de Fonseca Benevides, cuja frequência dava outra histó-

ria para contar, atendendo às muitas dificuldades de ordem económica com que nos debatíamos, em Família e com a falta de apoio social e discriminação de que fui vítima por ser filha de um preso político. No Porto, decidi continuar a estudar e, como trabalhadora estudante, ingressei no Instituto Comercial do Porto — hoje ISCAP.

Entretanto, meu Pai participava nas actividades da oposição democrática da cidade e, sempre que aconteciam debates que me suscitavam curiosidade, acompanhava-o, como forma de **integração. E assim fui conhecendo pessoas com quem cresci e muito aprendi.**

A intervenção política e a prisão

Em 1958, com outros jovens com quem começara a conviver, integrei a Comissão de Jovens de apoio à candidatura à Presidência da República do General Humberto Delgado que, como se sabe, não ganhou oficialmente as eleições. A fraude foi tão notória que um clamor de protestos, nunca antes verificado, ocorreu de Norte a Sul do País, com greves, prisões, e consequentes despedimentos em muitas empresas. A intervenção política adensou-se e, no ano seguinte, uma onda repressiva estendeu-se por todo o País, atingindo os mais diversos sectores da sociedade.

No Porto, não se escapou. Muitos jovens foram presos e barbaramente torturados, muitos deles, meus amigos e conhecidos. Os meses foram passando e nada me acontecia. Acreditei que me tinham poupado. Talvez por ser a única rapariga daquele grupo, pois embora muitas jovens raparigas estivessem envolvidas, não tinham “liberdade” para sair sós de casa, muito menos para uma reunião em que a maioria dos participantes era de rapazes.

Estava noiva, com casamento marcado. Confiante, decidi casar e ir viver para Lisboa, de onde o meu marido era também natural.

Estávamos em 11 de Julho de 1959. Quinze dias depois, a PIDE localizou-me e prendeu-me. Na busca que fizeram encontraram as cartas do meu Pai para mim, vindas do Tarrafal, devidamente carimbadas pela Censura prisional. Foi um acontecimento para os agentes da PIDE. Entusiasmados com o achado rotularam-me logo de perigosa revolucionária, pois era filha de meu Pai. Exigi que as deixassem onde estavam, pois eram minhas e não deixaria que alguém se apossasse delas. Talvez pela minha veemência, pousaram-nas.

Levaram-me para a Sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso. Passadas umas horas, fizeram-me entrar numa das suas carrinhas pretas e

depositaram-me em Caxias, até à manhã do dia seguinte. Voltei a entrar na carrinha, rumo a Santa Apolónia, onde embarquei no Comboio “Rápido” até ao Porto — prisão da Rua do Heroísmo. A minha apresentação foi feita pelo agente que me acompanhara na viagem: **“Cuidado com esta menina, que ela é altamente perigosa e responsável. O Pai esteve 16 anos preso no Tarrafal”**. A rotulagem estava feita.

No dia seguinte, iniciaram-se os interrogatórios. Adoptei a postura do silêncio. Não sabia do que estavam a falar. A estratégia do Inspector desenhouno-se: **“É melhor falar, para poder regressar a casa, como certamente deseja. De contrário, o mais natural é ficar presa um bom par de anos e o seu casamento acabar. Pense nisso”**. O calvário começou com interrogatórios diários, de manhã à noite. E a conversa era sempre a mesma, até que decidi sugerir-lhe que mudasse de discurso, pois o casamento era meu e se houvesse algo a resolver seria eu que o tinha que fazer. Pressentia que a postura do inspector iria mudar, certamente iria partir para a violência física. Tal não aconteceu. Saiu enfurecido do gabinete, deixando-me sozinha. Certamente pensando que o medo me obrigaria a falar. Eu só tinha 23 anos e não tinha nem experiência política, nem de prisioneira. Chamei a mim a calma e esperei. De uma coisa tinha eu a certeza. **“Acontecesse o que acontecesse não contribuiria para que outros fossem presos”**. **“Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti”**. Palavras da minha Avó que me soavam como aviso. Abre-se a porta e o que nunca esperaria aconteceu. Foi chamando um a um 8 dos jovens presos, certamente os que me tinham nomeado. Doeue-me mais do que se me tivessem esbofetado. A acareação foi muito dura. Mantive perante eles a minha postura. Percebendo o meu comportamento, começaram a hesitar, recuando, dizendo que não tinham a certeza se era eu a rapariga de que falaram. Gritos, empurrões, lá voltaram às celas. Os interrogatórios terminaram para mim, pensei. No dia seguinte, colocarem-me numa das minúsculas celas das torturas, de pé, durante o dia inteiro, sem alimentação, nada. Mais uma tentativa de me incutir medo. Depois disso, certamente por estarmos no limiar das férias judiciais, fomos todos entregues ao Tribunal. Éramos 24 jovens presos. Eu era a única rapariga. Não tivemos fiança. Dali fui para a Cadeia Civil do Porto, para a ala das mulheres, onde convivi durante dois dias com os dramas de cada uma. Uma experiência a não esquecer. Como era presa política não podia continuar ali. Voltei às instalações da PIDE, no Heroísmo. **Estávamos em fins de Agosto de 1959. Passados 8 meses**, em Abril de 1960, fomos julgados no Tribunal Plenário do Porto. **Saí absolvida.**

Enquanto isto, a PIDE foi fazendo o seu trabalho sujo. Perdi o emprego. O meu casamento acabou. Salvou-se a minha honra.

A luta pela emancipação das Mulheres

Claro que estava mais do que nunca motivada para prosseguir a luta, contra aquele regime, tão repressivo e violento. Pensava retomar a minha actividade no movimento de jovens. Mas alguém me abordou com uma proposta para “gente crescida”. Convidaram-me a integrar a Comissão Democrática de Mulheres do Porto, que funcionava activamente, para além dos períodos eleitorais. Hesitei. Mas, ponderando, lá aceitei o Convite, curiosa por saber qual o tipo de intervenção que essa Comissão desenvolvia. Fui, observei, fiquei. Conheci Mulheres com experiência neste sector, algumas vindas do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, da Associação Portuguesa Feminina para a Paz, do Movimento de Unidade Democrática, como a Engenheira Virgínia de Moura, a Maria Proença, a Maria Teresa Teixeira Ruela, a Olívia de Vasconcelos, a Nazaré Patação, a Irene Castro, a Carolina Castro, a Elisa Bacelar e tantas outras que recordo com admiração e saudade. Aprendi muito. Aprofundei o conhecimento sobre a situação das Mulheres, na família e na sociedade. Tomei consciência esclarecida do papel subalterno que o regime nos reservava, em relação aos homens — cuidadora da família, temente a Deus, defensora indefectível da Pátria — sem direito a pensar em si e muito menos em reivindicar direitos. A taxa de analfabetismo era enorme, pois a leitura subvertia o espírito. Sem direito a votar, mesmo nas eleições que o regime se dignava autorizar, quando lhe aprazia. Sem lei que a protegesse, pois era ao Homem, Pai ou Marido, que devia obediência.

Apercebi-me da importância do trabalho desenvolvido, no âmbito do esclarecimento de outras Mulheres, com vista a engrossar a luta pelos seus direitos. A actividade desenvolvia-se em diversas frentes. Promovíamos debates sobre questões ligadas às Mulheres e às Crianças, à Saúde materno infantil, à importância do trabalho, da educação e da cultura como instrumentos de luta pela emancipação das Mulheres, pela transformação da sociedade que queríamos de Igualdade de oportunidades entre os sexos, de Liberdade, de direitos de opinião e de manifestação, de Paz.

A repressão era muita, as prisões enchiam-se de homens e mulheres que desafiavam o medo e não desistiam de fazer ouvir a sua voz. A solidariedade com os presos políticos, a exigência da sua libertação, foi outra vertente da luta da Comissão Democrática de Mulheres do Porto.

Datas ligadas à luta das Mulheres, a nível internacional, como o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, proibidíssimas e reprimidas no nosso país, eram comemoradas, correndo todos os riscos. Festas, Debates, acon-

teciam, usando as portas que nos eram abertas pelas várias colectividades culturais existentes na cidade ou lugares públicos, como praias e jardins.

No fim de 1960, arranjei novo emprego, desta vez numa Mútua de Seguros de Acidentes de Trabalho — a Mutual do Norte. Novos horizontes se abriram. Nessa época, neste sector, o número de mulheres trabalhadoras era muito reduzido. Curiosa, interessei-me por aprender a técnica de seguros e, simultaneamente, por iniciar a minha participação sindical.

Aprender, aprender, sempre, era o meu objectivo.

A luta pela Paz

Em 1961, iniciou-se a Guerra Colonial. Enquanto o regime mandava que se avançasse para Angola e em Força, com os jovens a serem mobilizados para uma guerra, para a qual não estavam preparados e cuja razão muitos não entendiam, o clamor de dor adensava-se. Começaram a surgir as primeiras vítimas. Jovens regressavam estropiados ou, simplesmente, sem vida. Particularmente as Mulheres, mães, irmãs, companheiras, exprimiam esse grande sofrimento. Cada uma de nós sentia como sua essa dor. E crescia na nossa consciência a certeza de que os povos africanos, onde as Mulheres abundavam, tinham igual direito a ser livres e a guerra não era a solução.

Assim, quando preparávamos o nosso plano de trabalho para 1962 e nos detivemos sobre o que fazer no Dia Internacional da Mulher, a ideia de organizarmos um protesto público contra a guerra que estava a decorrer, surgiu com muita força. Sabíamos que seria um risco acrescido esta ousadia. Mas avançámos. E a manifestação, a realizar no Dia 8 de Março de 1962, foi convocada.

Com uma grande mobilização, envolvendo vários sectores da população a que recorremos e a distribuição de milhares de panfletos convocatórios, conseguiu-se a adesão de milhares de pessoas que, nesse dia, pelas 18 horas, confluíram à Praça da Liberdade.

Inédita esta comemoração, vinda de um Núcleo de Mulheres que estavam conscientemente seguras de que corriam riscos, mas era o mínimo que podiam fazer para soltar o seu grito contra a guerra, pela Paz, mas também contra a repressão e pela Liberdade.

Porque a assinatura da convocatória era de uma organização de Mulheres, a Polícia não acreditou que podia ter êxito (“são umas loucas, que lhes deu para isto”), atrasou-se na acção repressiva e os manifestantes cumpriram o seu objectivo. Quando se apercebeu da dimensão do protesto,

a polícia de choque apareceu, batendo contra tudo quanto mexia, prendendo quem reagia.

Nesse dia, fui presa, com o meu Pai. Este avistara-me quando se dirigia para o local da manifestação e ficou sempre a meu lado. Agentes da PIDE localizaram-nos quando dispersávamos, e seguiram-nos, até perto de um carro da PSP por ali estacionado, dando-nos voz de prisão. Levaram-nos para o Governo Civil do Porto, onde já se encontrava uma meia centena de pessoas, entre as quais algumas Mulheres. O Comandante da PSP — SANTOS JÚNIOR — recebeu-nos com insultos, dirigidos particularmente às Mulheres que mandava ir para casa “limpar o ranho aos filhos” e “coser as meias aos maridos” à boa maneira fascista, machista e desrespeitosa, da época.

Levados todos para as instalações da PIDE, eu e meu Pai fomos separados *de per si* e dos restantes presos. Empurrada para uma sala, onde uma brigada da PIDE, com o seu Chefe, esperavam a vítima, fui brutalmente espancada com cavalo marinho e insultada soezmente. Partiram-me os óculos e o relógio de pulso, tal foi a violência e fiquei muito maltratada. A meu Pai, noutro local, foi dado igual tratamento, com a diferença de que ele reagiu à pancada e aos insultos que me atingiam na minha honra e ficou com fracturas na cabeça e nos membros superiores.

Soubemos mais tarde que uma Mulher, uma operária que se encontrava grávida, foi atingida com um pontapé e abortou. Uma jovem estudante caiu e foi parar ao hospital com um maxilar fracturado. Violência gratuita.

Foi na verdade uma ousadia, mas cumprimos o que entendemos ser um imperativo da nossa consciência, perante o sofrimento de tantas e tantos e a injustiça de uma guerra que poucos entendiam como “necessária” e servia para assegurar os interesses dos colonizadores, com os seus comportamentos arbitrários contra os povos africanos escravizados e atingidos nos seus legítimos direitos a uma pátria livre e independente.

Ao fim de um mês, sem formalizarem a nossa libertação, encenaram uma transferência de nós dois para Caxias. Colocaram-nos fora do portão da cadeia para aí esperarmos pela carrinha que, segundo nos comunicaram, nos levaria àquela prisão, o que não se concretizou. Ao fim de algum tempo, corremos o risco e regressamos a casa pelos nossos próprios meios, em liberdade. Sem que a polícia tivesse pronunciado que estávamos libertos. Comportamento inqualificável. Se foi um teste à nossa coragem, o resultado não deve ter sido o por eles esperado.

Foi histórica esta acção das Mulheres Democratas do Porto. Reforçou a nossa convicção de que éramos dignas de respeito e estávamos certas ao desafiar o medo por uma causa tão justa.

O nosso trabalho prosseguiu, sempre com vigilância e prisões à mistura. O desenvolvimento da luta das Mulheres foi tão significativo durante a década de 60, que foi entendido ser o momento certo para transformarmos a luta das Comissões Democráticas existentes no país — Porto, Braga, Coimbra, Lisboa, Setúbal —, num Movimento organizado.

E, assim, em 1968, foi constituído o Movimento Democrático de Mulheres — MDM — um Movimento de opinião e intervenção pelas causas da Igualdade, Desenvolvimento e Paz, pela emancipação das Mulheres e por uma sociedade de justiça social.

Os objectivos de luta do MDM visavam (e visam) a eliminação de todas as formas de discriminação sobre as Mulheres que as atinge em função do sexo, da deficiência, da religião ou crença, da classe e a promoção da igualdade entre mulheres e homens, unindo-as na defesa dos seus direitos e interesses, enquanto cidadãs, trabalhadoras e mães.

A criação de uma rede de creches, do ensino pré escolar público, da existência de estruturas de apoio familiar que permitissem às Mulheres, conciliar as funções profissional e familiar, maior visibilidade à luta contra o aborto clandestino e pelo Planeamento Familiar foram vertentes do seu importante trabalho.

Mas também interveio com teses e trabalho na organização do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, de 4 a 8 de Abril de 1973, cujas conclusões, em que a acção das Mulheres e as suas reivindicações pela alteração política e legislativa, foram de grande mérito e um valioso contributo para o programa político que ali se desenhou, a um ano da Revolução de Abril de 1974.

A Revolução de Abril

Depois de 48 anos em que só houve fartura de repressão, de obscurantismo social e cultural, de fome, na maioria dos lares portugueses, a luta pela Liberdade, a Democracia e a Paz, travada por largas camadas da população, a que os Militares de Abril deram expressão concreta, ia finalmente dar frutos.

As Mulheres, até aí amordaçadas, saíram à rua, descobriram o sentido da Liberdade e das suas capacidades de intervir pela alteração das suas vidas.

Foi das transformações mais belas (e tantas foram) que o 25 de Abril proporcionou.

O MDM, com todo o seu saber de experiência feito, continuou o seu trabalho, integrando o Movimento Geral de Oposição Democrática, consolidando a sua organização a nível nacional, flexível e unitária, enquadrando a consciência desperta das mulheres, ouvindo, estimulando a discussão, desta vez aberta, sobre o que entendiam dever ser a sua participação e contributo para que a revolução em marcha correspondesse aos seus anseios.

Não é por acaso que, volvidos 56 anos sobre a sua criação, o MDM continua activo, criativo, inovador, imprescindível na afirmação das Mulheres no desenvolvimento da sociedade, de Igualdade, Justiça e Paz que orienta o seu Projecto.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, veio dar resposta à luta das Mulheres, abrindo-lhes o direito universal a votar e a ser votadas, o acesso ao ensino, desde o primário ao superior, ao trabalho, à escolha da profissão, ao direito parental, antes negado, à Saúde, à igualdade de direitos e de oportunidades, a ter voz.

As alterações legislativas ocorridas, nomeadamente a nível do Código Civil, vieram dar sentido visível à luta das Mulheres, antes e após Abril.

Evoluíram muito as Mulheres Portuguesas. Mostraram que em todos os sectores da vida política e social, como trabalhadoras manuais ou intelectuais, como autarcas, como educadoras, a sua intervenção se impõe pela muita qualidade.

Mas aprenderam, também, na prática, que a luta pela defesa e consolidação dos direitos, não pode abrandar. Nada está garantido.

Sentimo-lo, quando nos debruçamos sobre os avanços registados com a Revolução de Abril, em todas as vertentes das nossas vidas, e verificamos os retrocessos que se vão registando e são significado de que a luta pela defesa dos valores de Abril têm que prosseguir, por direito e convicção. E nela, as MULHERES TÊM UM PAPEL INSUBSTITUÍVEL.